



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional

Nº16/2026 - 14 de junho

@massas.por - www.pormassas.org



MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

CARTA DE DEFESA DO MOVIMENTO CAMPONÊS, INDÍGENA, OPERÁRIO E POPULAR DA BOLÍVIA

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

A manifestação de hoje, 14 de junho, na Avenida Paulista, ocorre em um momento que o governo Rodrigo Paz tem de decidir pela brutal repressão ou fazer alguma concessão aos dirigentes dos bloqueios dos camponeses/indígenas e protestos dos operários. São 44 dias de luta e resistência aos ataques políticos do governo, de seus aliados fascizantes e da retaguarda imperialista dos Estados Unidos.

O combativo e coeso movimento das massas oprimidas bolivianas se tornou referência na América Latina, que vem sendo golpeada pelo imperialismo norte-americano e pelos governos e suas burguesias serviçais. Eis por que obrigou a maior parte das correntes de esquerda a fazer romaria ao país andino. Todas tiveram de declarar apoio ao movimento e condenar o governo antinacional e antipopular, que se encontra no poder a apenas sete meses. Aumentou a apreensão sobre a possibilidade de Rodrigo Paz recorrer às Forças Armadas, depois de o Congresso Nacional ter aprovado a lei que permite ao governo recorrer ao “estado de emergência”. O que daria segurança legal à polícia e às Forças Armadas para desfecharem ataques sangrentos.

Os aliados de ultradireita, representados por Tuto Quiroga, conhecido por suas posições e ações fascizantes, atacam Paz a recorrer aos métodos da violência típicos da contrarrevolução. O governo se utiliza desses aliados para levantar a bandeira da pacificação, que implica um recuo do movimento e uma abertura de espaço para a manobra das direções que se colocaram pela reivindicação de renúncia do presidente. Com uma mão, acena-se a procura de um acordo; com outra, a aplicação do “estado de emergência”.

O Ministério Público e a Igreja Católica atuam sobre os representantes provinciais e municipais a aderirem a um “Pacto Social pela Paz e Reconciliação”. Se prosperar a ideia de uma “agenda nacional” acenada por lideranças da Federação Departamental de Camponeses de La Paz, o movimento poderá se ver diante de uma forte pressão favorável ao governo.

Por não estarmos diretamente ligados aos acontecimentos, apenas indicamos sinais de uma tendência de as direções retrocederem, aproveitando-se da avaliação de que já há um cansaço dos manifestantes. O receio do governo de impor a lei de “emergência” se explica pela possibilidade de ampliar e recrudescer o movimento das massas, que avançaria ainda mais no sentido de decidir sobre o poder do Estado. Uma mudança na relação de força entre a burguesia e a maioria oprimida colocaria a crise política nos marcos avançados da luta de classes, ou seja, da revolução e contrarrevolução.

O argumento de Paz de que o governo se ampara na lei de exceção para enfrentar o narcoterrorismo e não as organizações sociais, que o ajudaram na eleição para vencer o candidato do MAS, por enquanto prevalece e conta com o apoio de governos burgueses de distintas orientações, como o de Lula, Millei, Kast etc.

Com o agravamento da crise econômica e o aumento das dificuldades da população de ter acesso aos produtos essenciais, as direções do movimento que confluíram para a bandeira de renúncia do presidente podem abraçar as bandeiras de Pacto Social e de “agenda nacional”. Está claro que o impasse não tem como permanecer por muito tempo, uma vez que acabará favorecendo a manutenção do governo. Logo mais, veremos o quanto as direções do movimento poderão manter no alto o objetivo político de renúncia de Paz, que provavelmente abriria caminho para novas eleições, ou constituição de um governo de composição que admitisse a participação de representantes das organizações camponesa, indígena e operária. Desde o momento em que prevaleceu a linha estratégica de renúncia, evidenciou-se a debilidade das direções adaptadas ao capitalismo, à opressão imperialista e à caricatura democrático-burguesa.

Nosso movimento de apoio à revolta dos explorados bolivianos não pode estar subordinado à estratégia de trocar um governo burguês por outro. É o que está acontecendo com a maioria das correntes que se

limitam a um apoio circunstancial à luta na Bolívia. Acabam, assim, se submetendo à bandeira de renúncia do governo e de defesa da democracia, como se as suas consequências estratégicas não pudessem ser avaliadas com maior probabilidade de troca de um governo burguês por outro.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR) tem combatido essa posição e lutado no seio do movimento para que as massas encarnem o programa da revolução social. Deixa claro que é preciso consolidar a aliança operária e camponesa, erguer a frente única anti-imperialista e elevar a compreensão de que somente a tomada do poder e a formação de um governo operário e camponês poderão vencer as forças da conservação e da contrarrevolução. Para isso, o movimento pode recorrer a experiência histórica da luta de classes passada, da qual emergiu a Assembleia Popular de 1971. Trata-se de uma situação de revolta das massas extremamente favorável para se criar um verdadeiro organismo de luta pelo poder, que é a Assembleia Popular.

Reconhecemos que há um caminho a percorrer pelo POR em seu objetivo histórico de encarnar a direção da aliança operária e camponesa. Todas as forças que de fato estão pela defesa da vitória, ainda que parcial do levante iniciado em 1º de Maio, têm o dever de se colocar no terreno da diretriz política, da tática e da estratégia da revolução social, que por sua natureza de classe é proletária.

A maioria das correntes de esquerda tem se esmerado em isolar o POR boliviano. O que resulta correr por detrás das direções reformistas e democratizantes que vêm guiando e condicionando os limites da luta contra o governo burguês de Rodrigo Paz. É um erro limitar o apoio ao povo boliviano às críticas ao governo Lula e exortações para que ajude o movimento e não ao governo Paz.

A forma mais correta e verdadeira de contribuir com os camponeses, indígenas, operários e demais trabalhadores oprimidos é a de organizar a frente única anti-imperialista que no último período vem se colocando como o caminho para enfrentar os governos burgueses, sejam ultradireitistas, direitistas ou nacional-reformistas.

A frente única anti-imperialista permite à vanguarda com consciência de classe trabalhar pela independência política dos explorados nos marcos da luta por um programa próprio de reivindicações e pela estratégia da revolução socialista e do internacionalismo proletário.

As correntes que em palavras fazem discursos de apoio aos explorados bolivianos se negam a arregaçar as mangas e pôr em prática a construção da frente única anti-imperialista. Isso quando a revolta na Bolívia se tornou o epicentro da luta de classes na América Latina e, assim, da resistência à ofensiva imperialista dos Estados Unidos no continente.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), tem dedicado seus esforços a expressar o combate do marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia, colocando-se não só na divulgação de seus posicionamentos programáticos como também no terreno prático da construção da frente única anti-imperialista.

Com essa Carta ao movimento de apoio às massas bolivianas, esperamos que a militância mais consciente e consequente das inúmeras correntes de esquerda rompam com a política historicamente preconceituosa de isolamento do POR boliviano. Esse é um passo concreto no auxílio à luta de classes na Bolívia e na América Latina. Passo esse muito importante para enfrentar a crise de direção que é internacional. Os combates na Bolívia não se limitam aos bolivianos. Apesar de suas evidentes particularidades, confluem com a luta de classes na América Latina e nas demais latitudes.

Chamamos as correntes de esquerda a estudarem, compreenderem, divulgarem e praticarem as experiências do POR da Bolívia, que agora retornam ao olho do furacão revolucionário no país andino. É com essa política que responderemos a situação convulsiva mundial, sobressaltada pela guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, Faixa Gaza, Cisjordânia e Líbano no Oriente Médio. Responderemos a bárbara guerra instalada na Ucrânia que já alcançou cinco anos. Responderemos à guerra comercial lançada pelos Estados Unidos em todo o mundo e, em particular, na Ásia contra a China. Responderemos à escalada militar que ameaça transbordar os limites regionais das atuais guerras em curso. Responderemos à desintegração da ordem internacional do pós Segunda Guerra Mundial com o programa, os meios e os métodos da luta de classes.

Toda força à luta da maioria oprimida boliviana!

Pela revogação imediata da lei de “estado de emergência”!

Pela derrocada do governo burguês antinacional e antipopular de Rodrigo Paz!

Pela organização da frente única anti-imperialista!

Pôr em pé a Assembleia Popular!

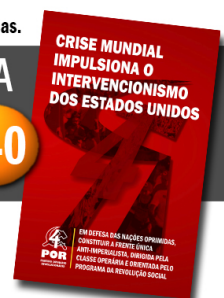
14 de junho de 2026

LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$ 40

O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
Instagram: @massas.por - nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org

